



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 29 DE MAIO DE 2018

---

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas. Este Vereador Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Jair Tatto, declara abertos os trabalhos desta audiência pública do ano de 2018. Esta audiência tem como objeto cumprir o disposto no artigo nono, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) *auditórios online*.

Convidamos o Secretária Municipal da Fazenda, Sr. Caio Megale, presente, que venha à Mesa, por favor; o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, João Antonio, representado pelo Sr. Marcos Chust; também os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo; e o povo em geral.

Contamos também com a presença de Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro; Edegard Washington Mateus, intérprete de Libras; Margarida Almeida Egydio, da Prefeitura do Município de São Paulo; e Edson Silva Guedes também intérprete de Libras.

Tenho aqui a carta do Presidente do Tribunal de Contas, João Antonio, que como Presidente está representado pelo Sr. Chust. Diga ele que eu sou o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, e não a Sra. Presidente. Isso demonstra o seu grau de desconhecimento, haja vista que nunca veio nos prestigiar. Olhem, é um companheiro de militância desde criança, eu era criança, aos 14 anos de idade militávamos juntos, eu o vi deputado, vereador.

- É lido o seguinte: *(leitura da carta do Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – João Antonio)*



**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ao final está encaminhado a S.Exa. o Sr. Presidente Jair Tatto, o erro só foi mesmo no início.

Muito bem, começamos a audiência com a palavra do Sr. Secretário, que fará aquela tradicional e robusta exposição.

Considero as inscrições a partir do momento da exposição do Secretário, aí estarão então abertas às inscrições ao público presente. Certamente foi prejudicado por conta das dificuldades que todos nós sabemos, problema aí da greve dos caminhoneiros.

**O SR. SECRETÁRIO CAIO MEGALI** - Bom dia a todos. É um prazer, mais uma vez estar nessa Casa, falando sobre os números da execução fiscal do quadrimestre anterior. Esse é um rito que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe, que eu reputo como muito saudável, muito importante que trata-se da prestação de contas do Poder Executivo, à sociedade, à Câmara dos Vereadores, a sociedade de uma forma geral, Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e nos colocamos, eu o Henrique, Otávio, nosso Chefe da Assessoria econômica, que está lá na ponta direita da mesa, para responder as perguntas que possam aparecer.

Eu preparei uma apresentação, relativamente rápida, sobre os números e aí depois fico à disposição. O objetivo da apresentação é demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de acordo com o paragrafo 4º do Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vamos começar com as receitas, em seguida despesas, como sempre, no fim, resultados, dívidas e limites. Aproveito o ensejo para falar um pouquinho de como estamos avaliando o impacto da crise atual sobre as finanças municipais, especialmente ao que se refere às receitas. Estamos aí como mais de uma semana de paralização das atividades, muitas atividades e essa paralização, essa crise, certamente terá efeito sob arrecadação de impostos do Município. Não temos ainda os números precisos, os números vão aparecer ao longo do tempo, mas temos algumas estimativas, gostaria de compartilhar essas estimativas com as senhoras e senhores, porque essas estimativas na verdade, vão apresentar um desafio para a gestão fiscal no segundo semestre do ano. o segundo semestre é sempre um semestre

de maiores desafios aqui no Município. Vale sempre lembrar que o primeiro quadrimestre é um quadrimestre tradicionalmente de amplo superávit primário, porque tem um crescimento, uma entrada de arrecadação especialmente de IPTU bem grande. normalmente o segundo quadrimestre é zero, a zero e o terceiro quadrimestre é o de maior deficit, vou mostrar o gráfico aqui, e essa crise deixa ainda mais desafiador o nosso trabalho para o segundo semestre.

Começando com as receitas, temos notícias, diria, saudáveis, por enquanto, não são espetaculares, porque o País ainda vive uma crise econômica importante, para além da greve dos caminhoneiros temos visto uma subseqüente revisão para baixo da projeção de PIB para esse ano. Que começou lá acima de 3% , já está abaixo de dois. E a cada – não tenho dúvida – que essa projeção de PIB vai cair mais para frente, com os eventos recentes, mas de qualquer forma, estamos apresentando um crescimento de receitas correntes da ordem de 8% em termos nominais, totalizando 18 bi 597 milhões de janeiro a abril, o maior destaque aqui são as receitas não recorrentes de crescimento de 26%, embora, em termos de volume, importante chamar atenção para 8.4% de crescimento das receitas recorrentes.

As receitas de capital, estamos recuperando, um crescimento de 26%, mas em cima de uma base bastante deprimida. Ano passado caiu 20%, esse ano está crescendo 23, podemos perceber aí, em termos de valor, temos aí, 70 milhões acima do que foi ano passado, mas ainda é um valor relativamente deprimido quando comparamos com o ano de 2016. Então, em termos gerais, o total de receitas crescendo 8.3 em termos nominais frente ao ano passado.

Abrindo as receitas em taxas, impostos e contribuição de melhorias temos 11%, um destaque municipal, um destaque negativo, receitas patrimoniais, esse é um claro efeito da atividade econômica ainda fraca, receitas patrimoniais 287 milhões, queda de 20%. Olhem como foram os últimos três anos: queda de 50, depois queda de mais de 3, e aí queda de 20 este ano. Tendência segue, uma tendência negativa. Receitas de serviços deu uma recuperada, assim como as receitas de transferência, então, de forma geral, as receitas recorrentes, como eu falei, crescendo 8%.

Pode passar. Agora eu queria chamar a atenção para a variação dos tributos e fazer aqui um elogio à atividade, ao trabalho da receita municipal. A receita municipal, se olharmos ali o IPTU crescendo 11,3%, mantendo o ritmo dos últimos anos, em boa parte ainda reflexo da mudança na Planta Genérica de Valores, lá de 2013-2014 que, por conta das suas travas ainda geram aumento de arrecadação este ano, 11%; é um valor importante, estamos com quase 400 milhões, ou mais até de 400 milhões de arrecadação, acima, de IPTU, do que foi em 17 e o impressionante movimento do ISS. O ISS está crescendo 2.2, é 10.6%, o PIB praticamente não recuperou, ou seja, eu reputo essa recuperação do ISS ao forte trabalho de fiscalização e cobrança de impostos da receita municipal. O ITBI também mostrando uma boa retomada. Ou seja, os impostos municipais, resultado de nossos esforços lá na Secretaria da Fazenda, em particular na Receita com boas taxas de crescimento.

Em contrapartida, os impostos estaduais que são repassados ao Município ainda mostram uma retomada mais modesta. ICMS que é uma parcela importante da nossa arrecadação, crescendo 5%, em cima de uma base fraca. O ano passado tinha caído 6.4, ou seja, tivemos uma queda importante de ICMS em 2017, e a recuperação é muito tímida, e IPVA também depois de cair 2%, crescendo 3.

Então, em termos gerais, a arrecadação de impostos crescendo 9%, o que é uma boa taxa de crescimento, mas com essa divisão entre o comportamento dos impostos municipais e o comportamento dos demais impostos e taxas.

Em termos de receita de capital temos, por enquanto, nada do ponto de vista de operações de crédito, aqui temos uma expectativa boa, no mês passado – neste mês na verdade, estamos em maio ainda -, o Tesouro Nacional aprovou as nossas operações de crédito para Habitação e para o Asfalto, ambos com o Banco Santander, que foi quem apresentou a melhor taxa do mercado, está na Procuradoria da Fazenda Nacional. A expectativa é que liberando na Procuradoria, possamos dar encaminhamento e, aqui, também um trabalho muito importante da Subsecretaria do Tesouro, chefiada pelo Henrique, da sua

equipe, que instruiu muito bem essas operações de crédito. Nossa expectativa é que possamos contar com esse recurso para voltar a fazer investimento em breve, mas, por enquanto, não temos nenhuma arrecadação, alienação de bens, amortização de empréstimos, os valores são baixos. Agora, transferência de capital dando uma recuperada.

Eram 22%, crescendo, 263 milhões, e outras receitas de capital crescendo perto de 30%. Então, em termos gerais, as receitas de capital estão se recuperando, crescendo 23%; mas depois de uma queda muito forte em 2017.

Já olhamos as receitas e agora vamos olhar para as despesas, ou seja, o que está crescendo e ocupando o espaço desse crescimento de tributos.

Em termos de receitas correntes, estamos com um crescimento de 5,3%. É um crescimento mais acomodado do que o crescimento dos anos anteriores. Em 2016, tínhamos um crescimento de 11%; agora, 6,6% e 5,3%. É muito importante dizer que essas são taxas de crescimento nominal das despesas.

O papel da queda da inflação aí é bastante relevante. Eu vinha falando isto em várias audiências no ano passado, tanto nas audiências como esta como as do Orçamento: que a queda importante da inflação no ano passado e neste início de ano nos ajudaria a manter o grosso das despesas correntes relativamente sobre controle; a nossa disciplina fiscal, que é um bastião na Secretaria e na nossa administração, mas também a queda da inflação.

A retomada das receitas de capital e o nosso programa de Responsabilidade Fiscal está nos permitindo certa retomada das despesas de capital. Em 2018, estamos com despesas de capital que crescem 33% frente às despesas de capital de 2017. Boa parte disso, é bom que se diga, são despesas de capital com precatórios por conta do levantamento dos depósitos judiciais, mas também há recuperação de outras despesas de investimento, o que é uma boa notícia para a Cidade. O total geral das despesas crescendo em torno de 7%.

Abrindo as despesas, começa a ficar claro para onde o Orçamento vai se direcionando. Temos pessoal e encargo crescendo 6,4%, mas uma importante diferença entre

ativos e inativos. A folha de ativos crescendo 1,6%, bastante em linha com a inflação, em 12 meses, do IPC da FIPE, que está em 1,3% agora, mais as despesas com inativos, que não são pequenas e já acumularam, no primeiro trimestre, 2 bilhões, 682 milhões de reais, crescendo, novamente, a dois dígitos, 14,7%; houve um crescimento de 13% em 2016, de 15% em 2017 e de 14,7% em 2018. Não é por outra razão que as subseqüentes gestões da Secretaria da Fazenda e os relatórios do Tribunal de Contas do Município chamam a atenção para a dinâmica da despesa com inativos.

- Manifestação longe do microfone.

**O SR. CAIO MEGALE** – A despesa total?

- Manifestação longe do microfone

**O SR. CAIO MEGALE** – Mas continua crescendo para frente. A ideia é de que pelo menos nós consigamos tomar medidas para estabilizar esse crescimento, para que cresça em linha com as demais despesas; claramente destoa a taxa de crescimento ali.

Juros e encargos da dívida. Boa notícia: 4,9% de queda. O Henrique pode detalhar melhor isso, mas eu diria que é, fundamentalmente, a queda importante da taxa de juros. Outras despesas correntes crescendo em torno de 5%.

Aqui eu separei por funções. Função educação, eu diria que é a que está mais crescendo entre as despesas não com inativos – que estão ali embaixo, com 15%. Função educação crescendo 11%. A função saúde está crescendo 6% fundamentalmente porque, no primeiro quadrimestre do ano passado, nós pagamos a despesa do último quadrimestre de 2016. Então, na verdade, é a base que está muito inflada, porque parte dos pagamentos de 2016 escorregou para o primeiro quadrimestre de 2017.

Compensação tarifária, crescendo 6%. Inativos e Secretaria da Cultura, crescendo. Coloquei Secretaria da Cultura aí porque, normalmente, é um tema popular nas nossas audiências; mostrando aqui que está crescendo em torno de 10% a despesa da Secretaria.

Investimento. Os números com mais detalhes, em Despesa com Capital, mostram

406 milhões de reais em investimentos no início do ano; também há as inversões financeiras e a amortização de dívida, mas o que mais cresce é investimento. Mas, novamente, nesses investimentos estão as despesas com precatórios. Então, boa parte desse crescimento é o pagamento de precatório, resultado dos depósitos judiciais que nós levantamos no final do ano passado.

Tirando precatórios, este é o quadro: o primeiro quadrimestre do ano passado, de fato, foi de meia-trava, porque estávamos assumindo a gestão e tivemos que tomar pé dos investimentos, dos projetos, e a situação era mais crítica do que a que temos hoje e, por isso, fizemos uma execução bastante tímida de investimento e agora estamos retomando. Em termos nominais, o investimento do primeiro quadrimestre já supera o primeiro quadrimestre de 2016, embora ainda abaixo do período em que tínhamos investimentos mais robustos entre 2014 e 2015, quando a economia ainda não tinha entrado numa crise tão profunda. Mas pelo menos temos um sinal de vida nos investimentos da Cidade, o que é importante.

Em termos de restos a pagar, foi um tema que discutimos na última audiência da Lei de Responsabilidade Fiscal, em fevereiro, com relação aos dados do final do ano passado. O saldo final de restos a pagar foi de 1,7bilhão; desses, nós pagamos efetivamente 1,1 bilhão, e os demais eram não processados e acabaram sendo cancelados, sobrando um saldo bastante residual de 19 milhões. Eu acho que essa parte de restos a pagar está bastante bem equacionada, bastante bem dimensionada, e essa também é uma diferença importante do Município de São Paulo em comparação a outros municípios do País.

Resultados, dívidas e limites. Rapidamente é a consolidação entre receitas e despesas, e nós tivemos um total de receitas de 18.974, que é 33% do Orçamento. Despesas liquidadas, 14.8, 26% do Orçamento. Naturalmente, no primeiro quadrimestre, as receitas são maiores do que as despesas, fundamentalmente por aquele ponto do IPTU que eu mencionei, o que acaba resultando num *superavit* primário acima da linha; ou seja, quando fazemos contas item por item e não pela variação de estoque de 3 bilhões, 769 milhões de reais. Vou

mostrar que, em termos de histórico, isso está bem em linha com a execução primária e de outros quadrimestres.

Aqui eu divido quadrimestre por quadrimestre. Este resultado está 4,987, porque esse é o resultado considerando-se metodologia anterior para se poder comparar com os demais quadrimestres, com a série histórica. Percebam que o *superavit* de 2018 foi acima do *superavit* de 2016 e de 2017, que foram anos mais complicados do ponto de vista fiscal, mas está em linha com o *superavit* realizado em entre 2013, 2014 e 2015. Agora a expectativa para o segundo quadrimestre é algo perto do zero a zero, porque o segundo quadrimestre, normalmente, é um quadrimestre cujas receitas e despesas impactam, e essa poupança gerada no primeiro quadrimestre vai ser importante para fazermos frente ao tradicional *deficit* primário que nós temos no último quadrimestre do ano, quando há duas folhas de pagamento, o décimo terceiro e outras despesas de liquidação para encerrar o Orçamento, e a receita especialmente de IPTU cai, porque nós não temos a parcela de dezembro, IPTU são só dez parcelas. Então acho que do ponto de vista de tendências e dinâmica estamos com uma situação relativamente equilibrada, preparados para um segundo semestre típico. Meu receio é que o segundo semestre não vai ser típico porque temos eleições que normalmente afetam a arrecadação tributária. Temos a Copa do Mundo que também afeta, especialmente em dias de jogos do Brasil, a turma se dedica à seleção mais do que às atividades econômicas. Tem o rebate do ICMS da cerveja, talvez do amendoim, então a expectativa é que pelo menos em parte...

Não vou ser frio a ponto de torcer pela desclassificação rápida do Brasil porque a cada dia de jogo do Brasil perdemos arrecadação, mas a despeito disso mesmo o Secretário da Fazenda torce para que o Brasil avance na Copa do Mundo e tenhamos mais feriados para frente. E tem a questão da greve dos caminhoneiros.

Queria finalizar a apresentação, pode passar, esses são só os números em geral. Antes de falar da greve dos caminhoneiros quero falar da dívida, é importante. Fechamos a

dívida consolidada líquida em 34 bilhões 337, menor do que os 37 bilhões 328 do final do ano passado. Há uma questão de sazonalidade aí também.

Aqui temos uma redução da dívida consolidada de 3 bilhões, bem acima da meta da LDO e aí volto para aquele ponto que venho falando, temos um crescimento grande de arrecadação não esperada no final do ano passado, PPI e depósitos judiciais que estão sendo consumidos agora este ano. E as operações de crédito que esperávamos tomar o ano passado, não foram possíveis, jogamos para frente.

Então por essas duas diferenças, tanto porque não nos endividamos quanto porque houve receitas extraordinárias a dívida acabou sendo maior do que a meta, mas provavelmente isso conforme a execução orçamentária avance e conforme as operações de crédito saiam esse número tende a ficar mais perto da meta estipulada.

Esse é o da dívida consolidada - mesma coisa -, a queda de dívida, já mostrei isso em números.

Limites da RCL, estamos com limites prudenciais, mas quero chamar atenção para despesas com pessoal, gasto total perto de 37% contra o limite prudencial de 57. Esta comparação requer cuidado, o Tribunal de Contas vem nos cobrando sucessivamente, incluir nessas estatísticas as despesas. Incluindo a nossa conta é em termos de 55, 56%. Incluindo as OSs, aquelas atividades típicas da Prefeitura. Limpeza, portaria, segurança dos equipamentos públicos não. Isso é terceirização típica, mas médicos, creches, assistência social tem de entrar aqui e aí o número fica perto dos 55, ou seja, estamos dentro do limite prudencial, mas também sem muita folga.

Garantia de valores, 22% e operações de crédito temos espaço, não fizemos ainda, mas temos algumas operações aprovadas como falei.

Esse é aquele gráfico mostrando que temos do ponto de vista da dívida consolidada espaço para crescer o endividamento. Ou seja, tomar empréstimo para fazer investimento em Saúde, Habitação, melhora do viário público, que estamos fazendo.

Por último quero falar do impacto na arrecadação dos movimentos recentes. Primeiro, da virada da expectativa do crescimento do PIB, o gráfico de cima mostra projeção de crescimento do PIB para 2018, feito ali pela média dos analistas de mercado e economistas. Chegamos a ter projeções perto de 3%, no começo do ano, rapidamente, com as decepções e aqui não tem nada a ver com a crise dos caminhoneiros, tende a influenciar esses números. Ainda se não perde 3 para baixo de 2,5. A minha impressão é que com os eventos recentes vamos chegar perto de 2% de taxa de crescimento do PIB para esse ano.

Alguns estão falando em menos do que isso. Como estimamos esse impacto basicamente olhando para a variação do crescimento do PIB e olhando também para outros episódios em que houve algum tipo de paralização. Coloquei dois episódios anteriores, lá em 2006, quanto tivemos aqueles ataques do crime organizado aqui de São Paulo, e depois em 2013, nas manifestações. São movimentos que não tiveram nada a ver com a greve de caminhoneiros, mas são movimentos que geraram paralizações de alguma forma na cidade. Olha o que aconteceu com o ISS naquele mês particular, uma despencada importante em 2006 e também uma redução relevante no ano de 2013. Imagino que algo parecido vai acontecer. A nossa estimativa hoje mais apurada é que...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CAIO MEGALE** – Dia 10 de junho, quando entra o ISS, consolidado de maio. Provavelmente a arrecadação de junho e de julho vai dar para sentir essa diferença, que é apurada em junho... Enfim, a arrecadação da atividade de maio e de junho vai ser impactada e aí há diversas linhas, aqui eu coloquei só o ISS, mas o ICMS tem um impacto bastante grande, nós temos aquele sistema que foi implantado na gestão passada de cálculo de pagamento por quilômetro rodado do Uber, que também é afetado e multas de trânsito tende a ter um impacto. Estamos vendo que não houve rodízio nesses dias a Cidade está praticamente vazia. A combinação desses fatores todos leva a uma expectativa inicial de 150 milhões de reais a menos de arrecadação por conta desse movimento que está acontecendo. Esse número o

Prefeito Bruno Covas falou ontem nas entrevistas que deu e a nossa torcida é que pare por aí e haja algum tipo de recomposição nos meses seguintes, embora serviços especialmente não voltem. Fez no mês ou não fez, vai fazer só no mês seguinte. Dificilmente a gente tem uma retomada na arrecadação, mas acho que isso junto com Copa do Mundo, eleições, incerteza política, redução do crescimento do PIB trazem para a execução orçamentária do segundo semestre um foco de atenção bastante grande, tanto do Poder Executivo, quanto do Tribunal de Contas e da Câmara Municipal.

Em linhas gerais esses eram os números que queríamos mostrar e estamos à disposição agora para perguntas e debates.

**O SR. \_\_\_\_\_** – Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Secretário de tudo o que foi exposto. De uma certa forma percebemos que não vai dar para retomar os investimentos como gostaríamos na Cidade. Os investimentos estão muito deprimidos e eles vão depender basicamente das operações de crédito, que já estão autorizados pela lei que saiu ano passado. Nesse sentido eu queria perguntar se as operações de crédito realmente vão ser viabilizadas tendo em vista que o Governo Federal impôs uma restrição no limite de pagamentos de 11,5 % incluindo os precatórios. Eu queria saber se de fato foi destravado isso, se haverá possibilidade de arrecadar essas operações de crédito para custear os investimentos?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretário, permitá-me.

Quero convidar para a Mesa o nobre Vereador e Relator da LDO, Atílio Francisco, e o Vereador Isac Felix.

Isac está relator da subcomissão?

**O SR. ISAC FELIX** – Não, eu sou relator de CPI nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não, mas você está como relator de uma CPI, novamente, não está?

**O SR. ISAC FELIX** – Sim, Sonegação Tributária.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ok, então; a resposta ao representante do Tribunal.

**O SR. CAIO MEGALE** – Obrigado pela pergunta, Marcos.

De fato, tem aí um sinalzinho de melhora, mas ainda é muito baixo. Os investimentos estão muito deprimidos, fundamentalmente pelo crescimento muito acelerado das despesas correntes nos últimos anos. Eu tenho mencionado isso repetidas vezes. O crescimento das despesas com custeio, especialmente da saúde, mas também da educação e outras áreas, como o subsídio do ônibus, que cresceu bastante, e o crescimento contínuo da despesa com previdência, acabam tomando espaço do orçamento para investimento. Aí, além de buscar reequilibrar essa tendência, com a reforça da previdência proposta e outras iniciativas, temos outras frentes de trabalho.

Uma das frentes de trabalho é o programa de desestatização e parcerias. Temos a expectativa, com a alienação do Anhembi, de levantar recursos para retomar investimento em diversas áreas; e a outra são as operações de crédito, cujo debate, de fato, havia.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aventou a possibilidade de incluir os precatórios naqueles limites de endividamento, mas isso foi superado nas discussões dentro da Procuradoria – e talvez o Henrique tenha mais detalhes sobre esse tema –, tanto que o Tesouro Nacional aprovou o avanço das operações. Então eu diria que a operação para a saúde, com o BID, que é externa, está em tramitação no BID. E a nossa expectativa é que, até agosto, se encerre esse passo, volte para o Tesouro. Vamos sentar com o banco, fechar as condições. E aí tem que ter a aprovação do Senado. Tem toda essa tramitação. Acredito que, a partir do ano que vem, esses recursos vão estar disponibilizados. Essa é a primeira operação de crédito internacional do município em 30 anos. Vai ser um supergol, se conseguirmos chegar lá, que é um gol compartilhado entre a gestão atual e a gestão anterior, por conta da renegociação da dívida, que é um passo importante para esse processo. As demais operações são a operação para habitação, com 200 milhões de reais, e com o BNDES, em torno de 400

milhões de reais para revitalização de vias públicas, e com o Santander, também para revitalização de vias públicas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Satisfeito?**

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.**

Vereadora Soninha Francine, por favor, venha para a Mesa.

Vereadores, eu não tenho absolutamente ninguém inscrito para falar. Os Vereadores querem se manifestar? (Pausa)

Caio, vamos chamar de “caixa”, nesse primeiro quadrimestre, que são vários quadros; também didática a sua exposição, mas nós estamos com superávit total... despesa e receita brutas, vai, 3 bi e 800? – 3 bi, 769 ou 4 bi, 108? Entrou e saiu, nada demais. Entrou tanto, saiu tanto.

Quanto vai para a poupança, para a aplicação? Para cobrir a Copa, para cobrir os caminhoneiros, para cobrir...

**O SR. SECRETÁRIO –** Já está aqui. Disponibilidade bruta de caixa hoje do município é da ordem de 9.742. Desses 9.742, uma boa parte, diria em torno de 6 bi, são aqueles recursos vinculados. Diria que em torno de 3 é a disponibilidade que temos para enfrentar o segundo semestre. Diria que é uma disponibilidade razoável.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)-** Quanto é o plano de metas? Qual era o investimento, a possibilidade para este ano? Dois bi? Dois e cem? A expectativa do Orçamento para este ano. Dois e cem? Era isso? A assessoria lembra? Era dois e alguma coisa, não era?

**O SR. SECRETÁRIO -** Era.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) -** Já foi 4, nos bons tempos.

Outra coisa: repasse do Governo Federal. Chamamos de despesas... de receitas...

**O SR. SECRETÁRIO -** Correntes, né?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)-** Correntes. Melhorou, né?

**O SR. SECRETÁRIO** - Um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Ele expôs tudo isso. Só estou aqui...Eu não tenho muito esta coisa de...O Ahmed ali do ladinho e esqueci o nome da que está sempre conosco. A Mariana. (Pausa) Margareth. Ela ia me orientando, perguntas rápidas.

**O SR. SECRETÁRIO** - Mariana ou Margareth?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- É Margarida, Margareth ou Mariana?

Margarida.

5.723. Isso aqui é o saldo. Quero saber previsão de investimento para 2018. Era isso?

**O SR. SECRETÁRIO** – Não. Isso é Orçamento. Orçamento que contava... que conta ainda com...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Com as privatizações. Essa coisa toda. Sem isso é 2. Acho que vai dar isso mesmo. Era dois ponto alguma coisa sem... isso vai entrar...Do Anhembi entra, né?

**O SR. SECRETÁRIO** – A expectativa é essa.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Não foi colocado aqui, obviamente...

**O SR. SECRETÁRIO** – Isso aqui é só execução. A expectativa é que entre o Anhembi e entre essas dotações de crédito.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Essa parte você faz bem, mas eu queria que você sempre trouxesse um quadradinho dizendo “Olha, vai ter Copa, vai ter ... Mas também vai ter essa grana aí”, Caio. Você é esquecido nesse aspecto. “Privatização que foi aprovada, vai entrar 1 bi, então, também...”

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Ou seriam os ovos ainda na parte prévia...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Não, está aprovado. O Anhembi está vendido, não está? Está.

**O SR. SECRETÁRIO** – Eu diria que é mais provável que haja Copa do que haja

venda do Anhembi. Embora eu acredite que vai haver a venda do Anhembi, mas acho que a Copa é mais segura, assim como a greve dos caminhões.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)-** É interessante, sim. Compreendemos que o primeiro quadrimestre são só notícias boas, mas, repito, está sempre acima da média. Ano passado também. Ou seja, qual é o IPTU. Costumo dizer que aquilo que é obrigação do Paulistano – ITBI, ISS e IPTU – o paulistano cumpre sua tarefa e faz crescer. Não é, Soninha? Aquilo que é nosso imposto...

**A SRA. SONINHA FRANCINE –** A gente vai muito além, a gente paga todos – Estadual, Federal, contribuição. Tudo...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)-** Só cresce.

**O SR. SECRETÁRIO -** Agora vamos pagar subsídio ao diesel também.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)-**É isso. Então, a coisa anda séria com relação a repasses, chamo, sim, do Governo Federal, e Governo Estadual. Enfim... Claro que o primeiro quadrimestre é tranquilo.

Também não é obrigação da Comissão de Finanças ficar esmiuçando contas de Secretarias. Por exemplo, a Educação, Vereadores, 11% a mais do custeio com relação ao primeiro quadrimestre do ano passado. Ou seja, um investimento a mais extraordinária que cabe ao Tribunal esmiuçar e a gente..

**A SRA. SONINHA FRANCINE –** Isso antes das nomeações.

**O SR. SECRETÁRIO –** Antes das nomeações.

**A SRA. SONINHA FRANCINE –** Com as nomeações dos concursados recém-convocados, vocês têm mais ou menos a projeção de qual será o número na folha de pagamento?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)-** Do quê?

**A SRA. SONINHA FRANCINE –** Para este ano.

**O SR. SECRETÁRIO –** O impacto a mais? Mil e tantos professores.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Mil e quinhentos professores chamados.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas aí ajuda na Previdência.

**O SR. SECRETÁRIO** – Lá e cá, não tem jeito.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Ajuda a aumentar a despesa da Previdência também.

**O SR. SECRETÁRIO** – Sabe por que não ajuda no equilíbrio? Porque essas nomeações são para compensar professores que estão se aposentando. Aí o professor vai se aposentar com integral e o que entra contribui com 11.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Entra com piso...

**O SR. SECRETÁRIO** – Entra com piso e contribui com 11.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** - Com 11 sobre o piso, para contribuir com a aposentadoria integral dos que se aposentaram.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Eu não arrisco dizer nada aqui contra o funcionalismo.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Nada contra. A favor. Eu quero que eles recebam. Sempre, todos os anos. Regularmente, em dia. Sem parcelar.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- De fato, é...

E o transporte está tímido. São 5% a mais, né? Cinco por cento a mais? Seis por cento a mais a compensação tarifária.

**O SR. SECRETÁRIO** – A compensação foi um pouco a mais que no ano passado. Não se inclui nesta tabela as dívidas do exercício de 2016, que estamos pagando, mas é em paralelo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- – Cultura teremos uma audiência pública com eles dia 14 ou dia 13... é que, na verdade, vocês seguraram tanto ano passado que este ano estava previsto vocês serem bem mais solidários e bondosos com o Orçamento, porque ano passado, repetido, foi um ano de receita, de economia para vocês. Lembra que eu falava que

você estava no Itaú, no Banco Itaú?

Então, tenho essa interpretação geral. Não gosto de esmiuçar número, nem tenho essa capacidade – acho que é isso, Sr. Vereadores. Cada Secretaria que faça o acompanhamento necessário, que abra a conta.

Cultura pediu uma audiência pública, certamente diminuirá o impacto das reivindicações deles, que vai ter 10% a mais do que ano passado, porque o grande drama nosso são os congelamentos.

Então, eu interpreto que, no geral, as contas continuam indo muito bem, e creio que o Anhembi é uma coisa que...

Por que sofremos tanto se não vai fornecer valores robustos, não é verdade, Atílio, Isac e Soninha? Eu votei contra, mas sofremos para aprovar. Se sofremos tanto, tem de entrar um recursos, porque daí... E me consta que é investimento. São seis secretarias que utilizaram o dinheiro. Educação a maior parte. É isso? 30% para Educação...

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Educação, Saúde, Assistência Social, Mobilidade está incluído?

**O SR. SECRETÁRIO** – Mobilidade, segurança.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Nós incluímos inclusive no texto...

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – No programa municipal de estabilização...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Assistência...

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Meio ambiente não consegui emplacar, mas assistência entrou.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)**- Mas é interessante: dívida e subsídio ao transporte não é o calcanhar de Aquiles. No conceito do governo o problema maior de vocês é, de fato, o déficit da Previdência. Hoje vocês não reclamam mais da dívida e do transporte também. O transporte se estabilizou.

**O SR. CAIO MEGALE** - O transporte se estabilizou em torno de 3 bilhões de reais e, enfim, é um espaço grande no orçamento, são quase 7% das receitas correntes. Esse número foi bem menor no passado, mas, pelo menos, conseguimos estabilizar. E a dívida, de fato, recuou com a renegociação lá atrás, com a queda dos juros agora e com os pagamentos. O que precisamos é repensar o tamanho dos subsídios. Acho que é sempre bom a sociedade saber para onde estão indo os seus recursos, com decisão da sociedade, e estabilizar essas tendências de crescimento que crescem acima da receita.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Eu queria só...

**O ST. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas deixe-me fazer o pedido dos Vereadores desta Casa. Eles pedem que, já que a situação anda boa, neste momento, liberar as emendas que faltam do ano passado e, também, acelerar a liberação das deste ano. Esse é um pedido dos Colegas da Casa.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – É porque a liberação das emendas favorece bastante o município e também qualifica o nosso alcaide, o nosso Prefeito, porque um dos benefícios mais presentes nos bairros, nas comunidades, são as emendas dos Srs. Vereadores. Então, quando o Governo libera esses recursos, obras e benefícios são levados, principalmente para os bairros da periferia. Então, é de fundamental importância que o Secretário tenha a mão bastante leve e a caneta bastante ativa, nesse sentido, para liberar esses recursos das emendas dos nobres Vereadores.

**O SR. CAIO MEGALE** – Só para fazer um comentário. Há um gráfico das despesas abertas e nele podemos ver que o déficit da Previdência, no primeiro quadrimestre, cresceu 300 milhões de reais. O déficit da Previdência, Srs. Vereadores, cresceu 300 milhões de reais. Isso é mais do que tem o orçamento de emendas para o ano todo na LOA 2018.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – É. Os valores das emendas dos nobres Pares dá 165 milhões, dos 55 Srs. Vereadores dá 165 milhões. Quer dizer, liberaram só 1/3.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Um vezes 55... 55 milhões.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Eu queria aproveitar a oportunidade, Secretário, eu aprovei..., aprovamos aqui na Câmara, no primeiro trimestre, um projeto que determinava a apresentação mensal do ISS, do cupom fiscal das instituições bancárias, que creio sejam as instituições que ajudam muito, favorecem muito a arrecadação no Município. Em um levantamento grosso, são mais de 3 mil instituições financeiras entre Bancos e outras prestadoras de serviço nessa área. Então, que esse cupom fiscal fosse emitido mensalmente

pela instituição financeira. Primeiro, para que o cliente do Banco pudesse ter o controle de quanto ele paga de impostos mensalmente, através de serviços que o banco cobra. Isso mais para controle pessoal e também, de uma certa forma, ajudaria muito no controle específico da própria prefeitura fiscalizar corretamente, de forma mais precisa, os serviços que o banco presta e a arrecadação desse serviço, porque sou cliente de banco há muito tempo e várias vezes solicitei serviço do banco, empréstimo. Quando você pede um empréstimo de 50 mil reais e nunca recebe os 50 mil, recebe uma parte. A grosso modo, pede de 50 mil e recebe 45 mil, porque cobram taxas e serviços desse empréstimo e você financia esses valores. A minha determinação do projeto para que o banco fornecesse esse cupom fiscal para termos o controle do que realmente tem de serviços e impostos cobrados do banco. Ajudaria a prefeitura fiscalizar de forma pronta tudo que é arrecadado por meio de instituição financeira.

O projeto foi aprovado na Câmara e vetado pelo governo. Eu havia conversado com você e o sistema que a prefeitura tem é muito preciso, talvez a implantação do meu projeto, de que o banco fornecesse o cupom fiscal poderia encarecer os serviços do próprio banco.

---

Peço ao Sr. Secretário se pudesse elaborar um relatório de quanto se arrecada só de instituição financeira, uma vez que a Secretaria tem esse controle preciso para que possamos saber verdadeiramente dessa área o que a prefeitura realmente arrecada e o que podemos estudar para o futuro de melhorar os serviços bancários e que sejam menos onerosos para os contribuintes, para os munícipes.

Eu gostaria que se V.Exa. puder fornecer esses dados, é importante. O banco é uma instituição bastante eficaz na Cidade, bastante competente, e não poderia sequer imaginar que o Município poderia de alguma forma tomar prejuízo com instituições que são relevantes para a Cidade. Por isso a minha preocupação em apresentar esse projeto porque a população teria condições de acompanhar. Vocês que são clientes, olham só o saldo, não vêm os custos dos serviços que o banco normalmente presta. Se houvesse um cupom detalhado, ficaria muito mais prático e fácil para termos noção do que realmente pagamos para o banco guardar o nosso dinheiro, reter o salário em nossas contas.

Gostaria que o Secretário pudesse dar um esboço desse controle, desse sistema

que prefeitura usa e qualifica com segurança a arrecadação das instituições financeiras e qual é o montante, uma vez que praticamente quase todo povo paulistano é cliente de uma instituição bancária. Qual seria o montante que arrecadamos com os serviços prestados pelos bancos e pelas instituições financeiras na cidade de São Paulo.

**O SR. SECRETÁRIO** – Obrigado, Vereador. De fato esse é um setor grande de prestação de serviços que tem importância crucial na nossa arrecadação de ISS. Temos a Desif, que é declaração de instituições financeiras, que é uma declaração semestral, que coloca todo o balanço, todos os números e nós estamos exportando essa tecnologia para outras cidades do Brasil.

Eu me comprometo a enviar os números, e mais do que isso, eu ofereço uma apresentação desse sistema e a evolução da arrecadação de instituições financeiras na Comissão de Finanças, podemos trazer o pessoal da receita municipal, e mostraremos direitinho como é o sistema, como fazemos a arrecadação, como a implantação desse sistema melhorou a arrecadação ao longo do tempo. Então, vou me comprometer a fornecer os dados e fico à disposição de um convite da Comissão de Finanças para fazer essa apresentação e esse debate.

Quero voltar a ressaltar a importância do trabalho da CPI da dívida ativa no ano passado, temos o Vereador Isac Felix, que participou continuamente desse trabalho e trouxe esse debate sobre os bancos, que é a participação dos bancos e de outras instituições financeiras na dívida ativa. Conseguimos boas adesões ao programa de parcelamento aprovado nesta Casa que nos ajuda a passar por essas intempéries orçamentárias que estamos vivendo neste ano.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Eu fiz questão de fazer essa pergunta por que estou na Câmara desde 2001. Em meu primeiro mandato, tentamos introduzir no Município de São Paulo através de uma empresa, um critério de fiscalização das instituições financeiras por um motivo muito simples. O banco presta vários serviços, e dentro desses serviços, há outros

subserviços, que um fiscal comum se apresenta no banco e se ele pedir a documentação necessária para fazer a fiscalização correta, qualquer agência bancária vai chegar com uma pilha de documentos mais o menos de 60 a 80 centímetros de altura e obviamente o fiscal terá problemas. Se essa empresa tivesse, na época, se a prefeitura tivesse aderido a esse sistema, que essa empresa propunha, iria se preparar, qualificar os nossos fiscais dessa área e teriam todas as condições técnicas de poder chegar em qualquer agência bancária e exigir um mínimo de documento que pudesse verdadeiramente verificar se o banco estava agindo corretamente ou não com relação ao ISS. Na mesma época, foi feita uma projeção desses serviços dos últimos cinco anos. A prescrição de qualquer coisa é de cinco anos e teríamos uma recuperação de recursos na época, aproximadamente, de 4 a 5 bilhões, somente das instituições financeiras. Então, a minha preocupação sempre foi trabalhar para melhorar a capacidade de arrecadação do Município, porque às vezes exigimos muito do munícipe, lá, das quebradas, da quitandinha da Cidade Tiradentes. Exigimos que ele emita o cupom fiscal. Então, você tem um controle. A população exerce um controle muito forte nas prestadoras de serviços comerciais e nas financeiras, muitas vezes, deixamos a desejar.

Então, com esse propósito, desta empresa, aqui, chegaram a atuar em alguns municípios e tiveram uma mudança de arrecadação de aproximadamente 200%. Então, era interesse nosso implantar isso no Município de São Paulo. Infelizmente, na época, não foi aceito pela Prefeitura e eu lutei bastante, com esse objetivo de tentar aperfeiçoar isso, mas, com o devido respeito ao que V.Exa. falou, que vai trazer o sistema, eu acho que vai poder ser bastante importante, principalmente para nós, aqui, da Comissão de Finanças, essa exposição do sistema que a Prefeitura usa, para podermos ter dados, para que realmente possamos fazer estudos, Sr. Presidente, e verificar se realmente essas instituições financeiras estão sendo corretas na apresentação das suas contas e dos valores com os quais elas verdadeiramente contribuem para o Município, para podermos fazer uma análise.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Precisaria fazer isso através de requerimento – bem elaborado.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Precisamos verificar se não há débitos passados que possamos recuperar para o Município, porque, verdadeiramente, são as instituições que mais lucram na nossa cidade e em qualquer outro município e, de repente, podem estar com dificuldade de ressarcimento desses recursos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Precisa fazer um requerimento, pela Comissão.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – É por isso que eu fiz essa questão de perguntar.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Convidando... Como é que se chama? O presidente da... Como é que é a instituição, lá?

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Febraban?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nós nunca chamamos, aqui.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Eu, pessoalmente, acredito que a Febraban não tem muito interesse em ficar expondo esses números.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Porém, podemos convidar.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Entretanto, eu acho que, como o Secretário é uma pessoa ligada à área, pode ajudar bastante o Município nesse sentido, pois, realmente, as instituições financeiras...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É verdade. Nunca solicitamos nada dessa natureza aqui, nesta Comissão. Concordo plenamente.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora Soninha Francine?

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Secretário, desculpe-me se eu perguntar coisas que já foram expostas, mas, no primeiro quadrimestre, em 2017, tinha havido um aumento de 77% em alienação de bens. Por que é que tinha havido esse aumento tão grande? Receita de capital...

**O SR. CAIO MEGALE** – Os valores são muito baixos, não é?

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Entendi.

**O SR. CAIO MEGALE** – Está vendo? Dois milhões, quatro milhões...

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Entendi.

**O SR. CAIO MEGALE** – Vende-se um apartamento, um imóvel qualquer da Prefeitura, ali, e dá uma pancada. É mais por conta disso.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Entendi. Por que é que a função Saúde diminuiu tanto em despesas correntes?

**O SR. CAIO MEGALE** – Na verdade, é por duas razões. Eu falei em uma, mas são duas razões. Primeiramente, é porque em janeiro de 2017 nós pagamos as OSs de dezembro de 2016, que não tinham sido pagas. Nós acabamos pagando.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Entendi.

**O SR. CAIO MEGALE** – Em dezembro de 2017, na verdade, antecipamos 2018.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Entendi.

**O SR. CAIO MEGALE** – Então, em 2018, ficou particularmente baixo e, em 2017, particularmente alto, por conta desse movimento.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Quer dizer, foi só uma mudança de data. O dispêndio foi...

**O SR. CAIO MEGALE** – É. Não há nenhuma mudança estrutural. Eu diria que, em 2016, cresceu cerca de 20 ou 25% e, em 2017, outros 12 ou 13. Neste ano, vai crescer de novo, mais um tanto, fundamentalmente porque é reflexo da abertura de UBSs. O Prof. Pollara, o Secretário da Saúde, tinha um plano de reestruturação que acabou ficando mais para frente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A construção do hospital, o término, é tudo na parte de investimento.

**O SR. CAIO MEGALE** – Porém, foi bom lembrar, porque entra em 2018 Parelheiros, que não estava pronto, ainda, até 2017.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Isto, aqui, não é só custeio, que se coloca?

**O SR. CAIO MEGALE** – Então, mas, aí, o custeio de Parelheiros começa a entrar, pois não tinha o custeio.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A obra?

**O SR. CAIO MEGALE** – A obra terminou – boa parte dela. Um pedaço dela foi entregue.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É investimento?

**O SR. CAIO MEGALE** – Isso, investimento. Então, o custeio do Hospital de Parelheiros começa a entrar, agora, em 2018, e não estava em 2017.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Isso, sim, é o custeio.

**O SR. CAIO MEGALE** – Então, isso também tende a fazer com que o custo cresça ao longo do ano.

---

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Secretário, o senhor pode falar de novo sobre o pagamento da dívida da compensação tarifária? Como é que isso ficou estruturado, mesmo?

**O SR. CAIO MEGALE** – Em 2016, a compensação tarifária apurada pela SPTrans foi de dois bilhões e 900 milhões de reais.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Dois bilhões?

**O SR. CAIO MEGALE** – E 900, em 2016, apurado pela SPTrans. O pagamento feito pela Secretaria de Transportes e da Fazenda foi de dois bilhões e 550 milhões de reais. Então, houve uma diferença entre o que foi pago e o que foi apurado de 350 milhões de reais, mais ou menos.

No início de 2017, nós pagamos um pedaço disso e negociamos, dado que ainda tínhamos um desafio grande em 2017, o pagamento dessa diferença para 2018, dando publicidade. Isso foi feito com... Aí, nós estamos parcelando isso em 2018, mas ela não está nesse gráfico, Vereadora. Esse gráfico é só a compensação, mesmo. A despesa do exercício de 2016 é à parte.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Isso entra contabilizado como?

**O SR. CAIO MEGALE** – Despesas de exercícios anteriores na Secretaria de Transportes.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Mais uma coisa: em relação ao projeto que a Câmara vai votar em plenário sobre os precatórios, que diz respeito à Emenda Constitucional, surgiu uma dúvida no plenário, porque, segundo a Disposição Transitória da Emenda, se os municípios não regulamentassem até 1º de maio de 2018, os credores teriam o direito de reivindicar ou, enfim, de pleitear, lá, o encontro de contas, digamos assim, de acordo com o quê? A regra nacional? É isso? Estivemos para votar isso em plenário, discutir um pouco e ficamos bem na dúvida. Vocês chegaram a falar disso, aqui? Não?

**O SR. CAIO MEGALE** – Não, não falamos.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Então, ficamos preocupados, assim: “Bom, então, o Município não regulamentou até 1º de maio. E agora?” O que acontece de agora em diante, até que seja regulamentado? Passa a valer uma regra que deixa de valer no momento em que o Município regulamenta? É isso?

**O SR. CAIO MEGALE** – Isso, exatamente.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – O que é que podemos perder nesse meio tempo? Quer dizer, quanto mais demorarmos a regulamentar, qual é o risco que estamos correndo?

**O SR. CAIO MEGALE** – Talvez o Henrique possa complementar, aqui, mas o risco, fundamentalmente, é de uma compensação desorganizada entre precatórios. Não temos uma regra definida. Só há a autorização de fazer a compensação. Então, fica uma desorganização entre os credores, de um lado, os precatoristas, e os devedores da dívida ativa e a Procuradoria Geral do Município.

Houve uma diferença entre o projeto originalmente enviado pelo Prefeito Bruno Covas, aqui, à Câmara e aquele apreciado na Comissão de Justiça. Temos o substitutivo, e nós queremos ainda discutir alguns pontos dessas mudanças.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – E o senhor quer adiantar alguma coisa?

**O SR. CAIO MEGALE** – É só fazer a comparação ali entre os dois. Há um desconto entre os precatórios e, no fim, é como se estendesse o PPI agora para a dívida ativa, que, para nós não faz muito sentido. Com o desconto, o que vai acontecer? Simplesmente os recursos que poderiam estão sendo destinados à arrecadação de dívida ativa vão ser destinados a essa compensação; e isso vai ter um impacto, um fluxo de caixa relevante no município. Essa é a nossa maior preocupação.

**O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO** – De fato, na verdade, eu não tenho nenhuma regra estabelecida. A gente ia ficar meio na mão do que talvez a Justiça viesse a decidir, por falta de regulamentação. Eu não sei se a gente teria inclusive como fazer isso com um pedido administrativo. Estava conversando, na semana passada, com o pessoal da PGM, e não havia nenhum pedido ainda. Eu imagino que o próprio pessoal que tem interesse em fazer essa compensação está esperando a aprovação da lei. Talvez seja mais rápido alguma decisão judicial para um lado ou para o outro. O que nos preocupou com relação à questão do substitutivo, de fato, essa questão dos descontos, uma renúncia de receita, sem medida de compensação? A nosso ver, é incompatível com a LRF. Acho que esse é um assunto complicado de a gente pautar dessa forma. Falo também da possibilidade de compensação de créditos já parcelados, porque são receitas que a gente conta com elas, de certa forma, para fechar o orçamento, que deixarão de entrar como caixa e serão utilizadas para o pagamento de precatórios. Isso, de fato, é algo que também nos preocupa. Há o fluxo mensal da dívida. Vamos falar dos acordos novos de pagamento da dívida. Isso também nos preocupa um pouco, mas esse, de fato, a gente entende que ainda talvez dê para suportar. Agora se entrar junto com o parcelamento mais o pagamento da dívida normal mais um bilhão e oitocentos, que a gente paga de precatórios, é algo que infelizmente é muito difícil de encaixar dentro do orçamento.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Na última reunião, depois da última reunião, os

representantes do TCM, que estavam aqui na mesa com a gente, enviaram a cópia de um relatório sobre algumas irregularidades ou ilegalidades constatadas, quanto à renúncia de receita na Lei de Incentivo Fiscal da zona Leste. Constataram, por exemplo, que há empresas, cujo endereço, empresas de *telemarketing*, portanto, mão-de-obra intensiva, que deram, como endereço, um imóvel na zona Leste, para sim fazer jus à isenção ou desconto, IPTU e ISS. Foram ao imóvel e viram que ali não funciona nenhuma empresa de *telemarketing*. Gostaria de saber se a Prefeitura já está devidamente empenhada, no sentido de aplicar as punições correspondentes. Uma empresa com esse tempo todo de, alegado o funcionamento e, na verdade, deixou de contribuir com mais de um milhão de reais de ISS. Quer dizer, quando eu vejo que a Assistência Social não consegue alugar um imóvel para central de emergências, que custariam 300 mil reais, por ano, de aluguel e aí uma empresa de *telemarketing* cometendo uma fraude, deixou de recolher um milhão, quer dizer, a Prefeitura já tem uma linha de ação aí?

**O SR. CAIO MEGALE** – A controladoria tem essas informações, recebe as informações do Tribunal de Contas e está na linha de avaliação. De fato, esses são os riscos desses programas. Por isso, eles têm que ser bem amarradinhos e com um bom sistema de fiscalização, porque, muitas vezes, a gente oferece incentivos, que são de difícil controle, e ocorre momentos como esse. Por isso, é preciso reforçar a atenção nesses pontos, mas obrigado por lembrar. Eu vou me inteirar de novo sobre como está essa avaliação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem. Em nada mais havendo a tratar, está encerrada essa audiência pública. Agradeço a presença de todos.